

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA****ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2026**

Ao dia vinte e cinco do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às dez horas, os membros do comitê de investimentos do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, reuniram-se para discutir, deliberar e aprovar os seguintes objetos da pauta: **Retorno da carteira de investimento no mês de maio; Alocação de recursos provenientes de contribuições previdenciárias; Apreciação do Relatório Trimestral de Análise dos Fundos de Investimento em Participações (FIP); Revisão da Política Anual de Investimentos.** Com registro da existência do quórum regimental necessário, constatada a presença dos membros Camila Pires de Sá Mariz Maia, Yuri Veiga Cavalcanti, Werton José Cabral Rodrigues Filho, Ayrton Ciraulo Neto e Suzana Sitônio de Eça, deu-se por aberta a 6ª Reunião Ordinária do COI IPMJP. Registrou-se ainda a presença da Sra. Caroline Ferreira Agra, Superintendente do Instituto, do Sr. Carlos Eduardo, economista do Instituto, do Sr. Samuel Norat, membro da Assessoria de Investimentos, e do Senhor Felipe Mafuz, representante da empresa de consultoria LEMA. Inicialmente, o Sr. Ayrton Ciraulo deu as boas-vindas e adentrou na pauta dos resultados auferidos no mês de maio de 2026 bem como das resoluções da reunião anterior, qual seja, a alocação de recursos direcionada à aquisição de títulos públicos da modalidade NTN-B para o vencimento 2060. Passando adiante, o Sr. Carlos Eduardo apresentou breve avaliação do cenário macroeconômico, com ênfase no ambiente externo. Destacou a trégua estabelecida no conflito no Oriente Médio entre Estados Unidos e Irã, bem como seus impactos sobre o preço do petróleo, que atingiu o menor valor desde o início do conflito, em fevereiro. No ambiente interno, ressaltou ainda novas

elevações do IPCA, em um contexto de resiliência da atividade econômica, o que reduz o espaço para novos cortes da taxa Selic. Concluiu sintetizando os dados do IPCA de maio, que já indicam inflação acima da meta para o ano de 2026. Em seguida, o Sr. Ayrton passou à sugestão de alocação de recursos provenientes do repasse das contribuições previdenciárias, no valor estimado de R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais), e do saldo remanescente da última aquisição de Títulos Públicos no valor de R\$ 4.239,14 (quatro mil duzentos e trinta e nove reais e quatorze centavos), perfazendo a quantia total de, aproximadamente R\$ 7.204.239,14 (sete milhões duzentos e quatro mil duzentos e trinta e nove reais e quatorze centavos). Cumpre ressaltar que os valores acima estão sujeitos a alterações. A sugestão previamente apresentada pelo Sr. Ayrton fora para aquisição total do montante em NTN-B para o vencimento que o comitê julgasse mais adequado ao analisar o quadro de distribuição sugerido pelo estudo ALM 2026. Antes que fosse aberta a discussão, passou-se a palavra ao Sr. Felipe para que trouxesse a sugestão de alocação da consultoria e fizesse as pontuações que julgasse necessárias. Ao mapear a estratégia da carteira junto às nuances macroeconômicas chegou-se a conclusão que a NTN-B 2060 seria o produto mais adequado e, por consequência, a sugestão da consultoria. A escolha do título público e seu vencimento se daria principalmente em virtude do risco soberano envolvido e a abertura para aquisição de vértices prolongados em acordo ao que orienta o estudo ALM. Devolvida a palavra ao comitê, o Sr. Ayrton, reforçou que títulos públicos seguem favoritos à aplicação pela alta taxa de aquisição frente ativos de emissão bancária quando se considera o custo de oportunidade envolvido. Com isto, entende que no curto e médio prazo a NTN-B estará em primeiro plano e a Letra Financeira voltará a ser considerada quando a rentabilidade dos títulos públicos passar a rentabilizar marginalmente acima da meta atuarial, cuja perspectiva não se vislumbra no curto ou médio prazo. Tendo em vista que a aquisição de Letra observa o limite de vencimento em até cinco anos e a NTN-B permite um vértice amplamente prolongado, os demais membros ratificaram o raciocínio e resolveram abrir votação. Finalizada a votação, **por unanimidade, os membros do comitê optaram pela aquisição de Títulos Públicos da modalidade NTN-B para o vencimento 2060, vide repasse de contribuições previdenciárias.** Adiante, o Sr. Felipe pediu a palavra e ratificou a escolha da

NTN-B, e convalidou todo o argumento proposto pelos membros, uma vez que a escolha por títulos públicos estaria em consonância com o perfil do RPPS atendendo ao binômio oportunidade e conveniência, e reforçando a sustentabilidade do regime respeitando as diretrizes previamente estabelecidas. Em seguida, passou-se a pauta da apreciação do relatório trimestral de análise dos fundos de investimento em participações (FIP). Inicialmente, cumpre ratificar que o único fundo observado e avaliado pelo relatório é o fundo FP2 Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, de CNPJ 20.886.575/0001-60, uma vez que é o único FIP a compor a carteira do fundo previdenciário. Em suas colocações, o Sr. Ayrton fez um breve resumo dos fatos que ensejaram as atuais circunstâncias que o fundo enfrenta, bem como se deram as providências do instituto com relação aos episódios de negativa para com as solicitações de resgates outrora enviadas aos administradores. É sabido que o instituto move ação judicial em face da resistência do fundo em não fornecer a liquidação de sua posição quando solicitada extrajudicialmente, e em razão disso suspendeu relação formal com seus administradores e gestores enquanto aguarda o desfecho litigioso. Ainda com a palavra, o Sr. Ayrton apresentou atualizações relevantes à respeito do fundo, a saber, a renúncia da BFL Administradora das funções de administração do fundo. Cumpre esclarecer que ao tempo da publicação do fato relevante que informou sua saída aos cotistas, abriu-se um prazo de 180 dias corridos para que ocorra sucessão e uma nova administradora assumira suas atribuições. Não havendo sucessão dentro do prazo estipulado, o fundo será liquidado, conforme determinação da Resolução CVM nº 175/2022. Adiante, informou aos membros a atual situação das empresas que compõem o fundo bem como a atual administração busca minimizar futuros encargos e prejuízos iminentes. Apresentou também aos membros a atual conjuntura e andamento do processo judicial, com base nas informações fornecidas pela Assessoria Jurídica do Instituto. Destarte, os membros do Comitê de Investimentos apreciaram e evidenciaram o conteúdo do relatório ao passo que delegou-se às Assessorias mencionadas o monitoramento contínuo do processo judicial, bem como do passivo do FIP FP2. Passando adiante, adentrou-se à pauta da Revisão da Política Anual de Investimentos. Cumpre mencionar que a revisão da Política de Investimentos não fora provocada por circunstância extraordinária ou a pedido de membros, mas por atendimento ao

cronograma de reuniões aprovado ao início do exercício em que os membros optaram por revisar a política ao final do primeiro semestre. Ao analisar todo o conteúdo da Política de Investimentos, já adaptada aos moldes da Resolução CMN nº 5.272/2025, o comitê entendeu que não há tópicos ou estratégias de alocação a serem revistas para o curso do segundo semestre tendo em vista que a atual composição da carteira respeita os limites preestabelecidos e caminha adjacente às estratégias-alvo estipuladas quando da sua elaboração. Sendo assim, não havendo alterações a serem feitas, os membros do comitê, por unanimidade, evidenciaram todo o conteúdo da política e a convalidaram para o curso do restante do exercício 2026.

Membros do Comitê de Investimentos	Aquisição: NTN-B 2060 vide Contribuições Previdenciárias;
Ayrton Ciraulo Neto	Aprovado
Camila Pires de Sá Mariz Maia	Aprovado
Werton José Cabral Rodrigues Filho	Aprovado
Yuri Veiga Cavalcanti	Aprovado
Suzana Sitônio de Eça	Aprovado

Membros do Comitê de Investimentos	Revisão: Política Anual de Investimentos 2026
Ayrton Ciraulo Neto	Aprovado
Camila Pires de Sá Mariz Maia	Aprovado
Werton José Cabral Rodrigues Filho	Aprovado
Yuri Veiga Cavalcanti	Aprovado

Suzana Sitônio de Eça	Aprovado
-----------------------	----------

Deliberadas todas as pautas, os membros evidenciaram todo o conteúdo da reunião e ficou acordado o envio da ata da reunião por 1DOC para assinatura de todos os presentes. Encerrou-se a reunião com os agradecimentos.

João Pessoa, 25 de junho 2026.

Membros do Comitê de Investimentos	
Ayrton Ciraulo Neto	
Camila Pires de Sá Mariz Maia	
Werton José Cabral Rodrigues Filho	
Yuri Veiga Cavalcanti	
Suzana Sitônio de Eça	

Convidados	
Caroline Ferreira Agra	
Samuel Henrique Schuler Norat	
Carlos Eduardo de Oliveira Silva	
Felipe Mafuz Nogueira	



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C698-F78A-9957-C1AE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ AYRTON CIRAULO NETO (CPF 008.XXX.XXX-28) em 26/06/2026 07:44:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ WERTON JOSÉ CABRAL RODRIGUES FILHO (CPF 072.XXX.XXX-92) em 26/06/2026 07:59:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SUZANA SITONIO DE ECA (CPF 087.XXX.XXX-02) em 26/06/2026 08:25:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ YURI VEIGA CAVALCANTI (CPF 058.XXX.XXX-37) em 26/06/2026 08:33:10 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAROLINE FERREIRA AGRA (CPF 024.XXX.XXX-08) em 26/06/2026 08:39:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CAMILA PIRES DE SÁ MARIZ MAIA (CPF 049.XXX.XXX-06) em 26/06/2026 10:10:32 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/C698-F78A-9957-C1AE>